



POLICY MAKING, AGENDA SETTING E A DINÂMICA DOS PODERES NA REPÚBLICA

Professor

Vinícius Silva Alves

Encontros remotos

29 de Outubro – 19h00 às 21h30

26 de Novembro – 19h00 às 21h30

Encontros presenciais

07 de Novembro – 13h00 às 20h30

08 de Novembro – 13h00 às 16h30

05 de Dezembro – 13h00 às 20h30

06 de Dezembro – 13h00 às 16h30

Ementa

O debate em torno das dinâmicas de relacionamento, conflito e equilíbrio entre poderes ocupa espaço central na Teoria Política, na Administração Pública e na Ciência Política contemporâneas. Hoje enfrentamos ainda tensões antes pouco exploradas, como o papel protagonista que o sistema de justiça desempenha tanto na mediação de conflitos entre Executivo e Legislativo, o exercício de atribuições constitucionais que promovem um maior contato destes atores do Judiciário também com outros poderes na formulação e execução de políticas públicas. Nesta disciplina, examinaremos como o desenho institucional e a política contemporânea no Brasil (em perspectiva comparada) equacionam a força dos poderes e desencadeiam, não raro, tensões em governos democráticos contemporâneos. A disciplina apresentará debates teóricos sobre pontos relevantes para a compreensão do fenômeno e reservará espaço para a análise de casos que ilustram aspectos centrais para o entendimento das democracias representativas. Examinaremos como a relação entre Executivo e Legislativo se desenvolveu desde a redemocratização, passando pelas raízes históricas do arranjo institucional brasileiro, a judicialização da política com foco na mediação entre os poderes na formação da agenda e, além disso, discutiremos como o arranjo federativo e aspectos do orçamento público delimitam as bases do arranjo institucional da política brasileira.

Objetivos de aprendizagem

O conteúdo da disciplina envolve a apresentação e discussão de bases teóricas e a proposição de debates sobre temas diversos de políticas públicas que evidenciam o formato contemporâneo de interação entre os poderes no Brasil. O curso parte de uma abordagem que compreende as instituições políticas brasileiras em perspectiva comparada. Ao final, os alunos ampliarão seu entendimento e terão uma noção mais abrangente sobre as características do arranjo institucional brasileiro que disciplina a interação entre os poderes e os conflitos políticos que condicionam a dinâmica de produção de políticas públicas no Brasil.

Metodologia de Ensino e Avaliação

A nota final da disciplina será composta por 3 formas de avaliação (participação, apresentação de trabalho em grupo no formato “estudo de caso” e ensaio final). O conceito será atribuído na seguinte proporção:

- 30%: assiduidade, participação e discussão durante os encontros (remotos e presenciais);



- 30%: apresentação e discussão de trabalho em grupo (15% cada), em formato de estudo de caso, que conecta debate teórico e análise de conjuntura;
 - Os trabalhos em grupo consistem na apresentação e discussão de casos que viabilizam reflexões sobre a dinâmica de interação entre os poderes e temas diversos de políticas públicas. Serão organizados 6 grupos de 3 ou 4 pessoas, sendo cada grupo responsável, durante os encontros presenciais, pela apresentação e debate de casos selecionados.
 - Os grupos deverão entregar roteiro de apresentação e discussão, além de materiais complementares (ex: slides) até o dia anterior da apresentação ou debate
- 40%: trabalho final individual (ensaio teórico, de até 5 páginas, conectando discussões e conceitos trazidos por ao menos 3 textos)

Para ser aprovado, é necessário obter um aproveitamento de pelo menos 60% e ter uma presença mínima de 75%.

Míni currículo do docente

PROFESSOR

Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Foi pesquisador de pós-doutorado FAPESP na Universidade Federal de São Carlos e pesquisador visitante na University of California, Davis (2023-24) e University of California, San Diego (2017-2018). Membro do Centro de Estudos de Partidos Políticos da UFSCar e country anchor do Democratic Accountability and Linkages Project, sediado na Duke University. Diretor do IPESPE Analítica, divisão do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5280134976334285>



Encontro I (remoto)

Tópicos

- Apresentação da disciplina
- Bases institucionais da relação Executivo-Legislativo
- Distribuição dos grupos de apresentação e debate

Leituras obrigatórias

LAMEIRÃO, Camila; PAIVA, Denise; CARVALHO, Guilherme. O debate recente nos 30 anos do presidencialismo de coalizão: novas abordagens, dimensões de análise e algumas notas sobre a dominância do Executivo. BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 93, p. 1-24, 2020.

BAIÃO, Alexandre Lima; COUTO, Cláudio Gonçalves; JUCÁ, Ivan Chaves. A execução das emendas orçamentárias individuais: papel de ministros, cargos de liderança e normas fiscais. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 47-86, 2018.

MELO, Marcus André. As metamorfoses do presidencialismo: relações Executivo-Legislativo em novo equilíbrio institucional e perspectivas de reforma. In: Desafios do sistema político brasileiro / organização Bernardo Sorj, Sergio Fausto. – 1. ed. – São Paulo: Fundação FHC, 2024.

Encontro II (presencial)

Tópicos

- Sistemas de governo
- Conflito e cooperação entre Executivo e Legislativo
- Gestão das coalizões partidárias no presidencialismo brasileiro
- Controle horizontal de políticas públicas e fortalecimento do Congresso
- Estudo de caso 1 e 2: apresentação e debate

Leituras obrigatórias

CHEIBUB, José Antonio; ELKINS, Zachary; GINSBURG, Tom. Beyond presidentialism and parliamentarism. British Journal of Political Science, v. 44, n. 3, p. 515-544, 2014.

CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian M. Government coalitions and legislative success under presidentialism and parliamentarism. british Journal of political science, v. 34, n. 4, p. 565-587, 2004.



BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 4, p. 528-550, 2017.

FREITAS, Andréa Marcondes de. Unboxing the active role of the legislative power in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, v. 10, n. 2, p. e0004, 2016.

INÁCIO, Magna; REZENDE, Daniela. Partidos legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas. *Opinião Pública*, v. 21, p. 296-335, 2015.

Encontro III (presencial)

Tópicos

- Controle político sobre a burocracia
- Delegação e agências reguladoras
- Estudo de caso 3: apresentação e debate

Leituras obrigatórias

OLIVIERI, Cecília. Os controles políticos sobre a burocracia. *Revista de Administração Pública*, v. 45, p. 1395-1424, 2011.

MELO, Marcus André. A política da ação regulatória: responsabilização, credibilidade e delegação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, p. 56-68, 2001.

PÓ, Marcos Vinicius; ABRUCIO, Fernando Luiz. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. *Revista de Administração Pública*, v. 40, p. 679-698, 2006.

GUERRA, Sérgio; SALINAS, Natasha. O Congresso Nacional e a frágil autonomia das agências reguladoras. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 74, n. 3, p. 26-28, 2020.

Encontro IV (remoto)

Tópicos

- Constitucionalismo e democracia
- Sistema de justiça e políticas públicas

Leituras obrigatórias

ARANTES, Rogério B.; COUTO, Cláudio. 1988-2018: Trinta anos de constitucionalização permanente. SOUZA, André P.; FILHO, Naercio M. *A Carta: Para entender a Constituição brasileira*. 1ª edição. São Paulo: Todavia, p. 13-52, 2019.



VERSTEEG, Mila; ZACKIN, Emily. Constitutions unentrenched: toward an alternative theory of constitutional design. *American Political Science Review*, v. 110, n. 4, p. 657-674, 2016.

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 14, p. 83-102, 1999.

Encontro V (presencial)

Tópicos

- Política contemporânea e Judiciário
- Ativismo e politização no sistema de justiça
- Autonomia dos órgãos de controle
- Fiscalização, disfunções do controle e paralisia decisória
- Estudo de caso 4 e 5

Leituras obrigatórias

HIRSCHL, Ran. "Juristocracy"--Political, not Juridical. *The good society*, v. 13, n. 3, p. 6-11, 2004.

KOERNER, Andrei. Ativismo Judicial?: Jurisprudência constitucional e política no STF pós-88. *Novos estudos CEBRAP*, p. 69-85, 2013.

ARANTES, Rogério B.; MOREIRA, Thiago MQ. Democracia, instituições de controle e justiça sob a ótica do pluralismo estatal. *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 97-135, 2019.

VIEGAS, Rafael Rodrigues. A face oculta do poder no Ministério Público Federal e o poder de agenda de suas lideranças. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 39, p. e260005, 2022.

FONSECA, Thiago do Nascimento. Nem indicação política, nem cooperação: a importância da autonomia do TCU no controle de recursos públicos federais transferidos aos municípios. *Dados*, v. 62, n. 3, p. e20170150, 2019.

VIEGAS, Rafael et. Al. Instituições de controle no federalismo brasileiro: funcionamento e efeitos para a governança democrática e para a paralisia decisória (p. 168-222). In: *A Batalha entre controle e políticas públicas: decifrando a paralisia decisória na administração pública brasileira / Rafael Rodrigues Viegas, Fernando Luiz Abrucio, Silvia Avelina Arias Mongelós, Débora Dossiatti de Lima*. 1. ed. -- São Paulo: Amanuense, 2024.

Encontro VI (presencial)

Tópicos

- Federalismo e repartição de competências
- Orçamento público e desigualdade
- Estudo de caso 6



Leituras obrigatórias

ARRETCHE, Marta. Transferências fiscais no Brasil. Menezes Filho N, Souza AP, organizadores. A Carta: para entender a Constituição Brasileira, p. 53-81, 2019.

PERES, Ursula Dias; SANTOS, FP dos. Orçamento Federal: Avanços e contradições na redução da desigualdade social (1995–2016). As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT, p. 75-102, 2019.

MACHADO, Gabriel Santana; BRASIL, Felipe Gonçalves; PERES, Ursula Dias. Descentralização fiscal brasileira: as prioridades orçamentárias sob a perspectiva de agenda-setting. Revista de Sociologia e Política, v. 32, p. e010, 2024.

LEITURAS COMPLEMENTARES

ABRANCHES, S. (1988). Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados, 31(1). pp. 3-55.

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Finanças públicas, democracia e accountability. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 75-102, 2004.

ALVES, Vinícius Silva; PAIVA, Denise. Presidencialismo de coalizão no Brasil: mapeamento do debate e apontamentos para uma nova agenda de pesquisa. Revista de Estudios Brasileños, v. 4, n. 6, p. 50, 2017.

AMES, B. (2003). Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

AMORIM NETO, O. (2000). Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil. Dados, 43 (2). pp. 479-519.

AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. (2001). The Executive Connection: Presidentially-Defined Factions and Party Discipline in Brazil. Party Politics, 7 (2). pp. 213-234.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos. Constituição, governo e democracia no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, p. 41-62, 2006.

ELSTER, Jon. Forces and mechanisms in the constitution-making process. Duke LJ, v. 45, p. 364, 1995.

FEREJOHN, John E. Constitutional review in the global context. NYUJ Legis. & Pub. Pol'y, v. 6, p. 49, 2002.

FERRARO, Agustín. Control parlamentario sobre la implementacion de politicas publicas. El (escaso) aporte del congreso a la eficiencia administrativa en america latina. Revista Chilena de Administración Pública, v. 3, n. 8, p. 80-111, 2006.

GANDHI, Jennifer; PRZEWORSKI, Adam. Authoritarian institutions and the survival of autocrats. Comparative political studies, v. 40, n. 11, p. 1279-1301, 2007.

HUBER, John D. Delegation to civil servants in parliamentary democracies. European Journal of Political Research, v. 37, n. 3, p. 397-413, 2000.

KERCHE, Fábio. Autonomia e discricionariedade do Ministério Público no Brasil. Dados, v. 50, p. 259-279, 2007.



KUNICOVA, Jana; ROSE-ACKERMAN, Susan. Electoral rules and constitutional structures as constraints on corruption. *British journal of political science*, v. 35, n. 4, p. 573-606, 2005.

LEWIS, David E. Presidential appointments and personnel. *Annual Review of Political Science*, v. 14, n. 1, p. 47-66, 2011.

LIMA, Iana Alves de. O impacto do arranjo institucional brasileiro no controle político sobre a burocracia. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 16, n. 4, p. 656-666, 2018.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova: revista de cultura e política*, p. 81-106, 1998.

LOPEZ, Felix; PRAÇA, Sérgio. Critérios e lógicas de nomeação para o alto escalão da burocracia federal brasileira. *Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro*, p. 107-138, 2015.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, p. 69-89, 1999.

LUTZ, Donald S. Toward a theory of constitutional amendment. *American Political Science Review*, v. 88, n. 2, p. 355-370, 1994.

MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew. (1997). "Juan Linz, Presidentialism, and Democracy: A Critical Appraisal". *Comparative Politics*, Vol. 29, No. 4, pp. 449-471

MARTÍNEZ-GALLARDO, Cecilia. Inside the cabinet: the influence of ministers in the policymaking process. *How democracy works: political institutions, actors, and arenas in Latin American policymaking*, v. 1, p. 119-45, 2010.

MCCUBBINS, Matthew D.; NOLL, Roger G.; WEINGAST, Barry R. Structure and process, politics and policy: Administrative arrangements and the political control of agencies. *Va. L. Rev.*, v. 75, p. 431, 1989.

MELO, M. A.; PEREIRA, C. (2013). *Making Brazil Work: checking the president in multiparty system*. New York: Palgrave Macmillan.

NEGRETTO, G. (2006). Minority presidents and democratic performance in Latin America. *Latin America Politics and Society*, 48 (3). pp. 63-92.

PACHECO, Regina Silvia. Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle. *Revista de Administração Pública*, v. 40, p. 523-543, 2006.

PEREIRA, Carlos. O marco regulatório no setor de saúde suplementar: contextualização e perspectivas. *Regulação e Saúde*, p. 93-120, 2003.

PIOVESAN, Márcia Franke; LABRA, Maria Eliana. Institutional change and political decision-making in the creation of the Brazilian National Health Surveillance Agency. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 6, p. 1373-1382, 2007.

PRAÇA, Sérgio; FREITAS, Andréa; HOEPERS, Bruno. Political appointments and coalition management in Brazil, 2007-2010. *Journal of Politics in Latin America*, v. 3, n. 2, p. 141-172, 2011.

PRADO, Mariana Mota. Implementing independent regulatory agencies in Brazil: The contrasting experiences in the electricity and telecommunications sectors. *Regulation & Governance*, v. 6, n. 3, p. 300-326, 2012.

SALGADO, Lucia Helena. *Agências regulatórias na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional*. 2003.



SAMUELS, D. J.; SHUGART, M. S. (2003), "Presidentialism, Elections and Representation," *Journal of Theoretical Politics*, 15, 33-60.

SCHLEITER & MORGAN-JONES (2009). "Constitutional Power and Competing Risks: Monarchs, Presidents, Prime Ministers, and the Termination of East and West European Cabinets".

SHUGART, M.; CAREY, J. M. (1992). *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press.

STROM, K. (2000), "Delegation and Accountability in Parliamentary Democracies," *European Journal of Political Research*, 37, 261-290.

TSEBELIS, George. The time inconsistency of long constitutions: Evidence from the world. *European Journal of Political Research*, v. 56, n. 4, p. 820-845, 2017.